

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1007247-10.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral
Requerente:	Gisele Cristina Val Bueno Gentil
Requerido:	Station Model's Ltda

Justiça Gratuita

GISELE CRISTINA VAL BUENO GENTIL ajuizou ação contra STATION MODEL'S LTDA, alegando, em resumo, que contratou a ré para prestação de serviços consistente na confecção de um material fotográfico da filha, em 2 de julho de 2014, mas não recebeu, apesar de pagas as duas primeiras parcelas do preço, e ainda sofreu o protesto dos demais cheques emitidos em garantia do pagamento, razão pela qual almeja a rescisão do contrato, a restituição do valor já pago e indenização pelo dano moral decorrente.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que a autora deu causa ao protesto dos cheques, ao emitir contraordem, e deixou de retirar o produto, embora tivesse sido confeccionado a tempo. Negou a ocorrência de dano moral.

Em réplica, a autora insistiu nos termos do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O contrato de prestação de serviços previa a retirada do produto no prazo de quarenta dias úteis. Foi firmado em 2 de julho de 2014 (fls. 17).

1007247-10.2016.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Em 3 de setembro de 2014 a autora emitiu contraordem, suspendendo o pagamento dos demais cheques (fls. 19), que constituíam garantia de pagamento do preço do serviço, certo que dois deles já tinham sido compensados.

Em 23 de setembro notificou a contratada, rescindindo o contrato, à vista do descumprimento da obrigação de entregar o material fotográfico (fls. 20/22).

A ré não respondeu a notificação e, ao invés disso, levou a protesto três dos cheques (fls. 24/26).

A omissão da ré, àquele tempo, e a falta de apresentação agora, de qualquer indicativo de ter concluído o serviço, leva a crer que não houve descuido da autora na retirada do produto, mas negligência dela própria, ré. Não há notícia de uma única ligação telefônica, convidando a autora para examinar as amostras e, menos ainda, para retirar o produto (fls. 49). Não há qualquer notícia de tentativa de entrega. O que se tem nos autos é a cômoda posição assumida, de dizer que cumpriu a obrigação e que a autora omitiu-se na retirada. E nenhum comentário mereceria a alegação de descumprimento da simetria de forma no desfazimento do contrato, pois a autora fez o que deveria fazer – aliás fez em excesso, uma notificação à contratada, cautela que poucos fariam se o fato em si não fosse verdadeiro.

Sem a prestação do serviço, a ré não tinha direito ao recebimento do preço total. Portanto, agiu mal ao protestar os demais cheques, inclusive sabendo da oposição da emitente. De rigor cancelar os protestos.

O dano moral decorrente é presumido, "in re ipsa".

É assente o entendimento jurisprudencial de que o dano moral decorre do simples fato da violação do direito da vítima. Esse é o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. DUPLICATA. SAQUE. CAUSA DEBENDI. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7 DO STJ. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte com decisão omissa ou contraditória, haja vista que o órgão julgador deve decidir apenas as questões imprescindíveis à solução da controvérsia. 2. Reformar a conclusão do Tribunal local no sentido de que a duplicata foi

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

sacada sem causa que lhe desse suporte é intento que não dispensa o reexame de fatos, a encontrar o óbice de que trata o verbete n. 7 da Súmula desta Corte. 3. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (REsp 1.059.663/MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 17/12/2008). 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 718.767/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 22/02/2016).

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o *homo medius*, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 8.000,00.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho os pedidos deduzidos por GISELE CRISTINA VAL BUENO GENTIL contra STATION MODEL'S LTDA. ME..

Decreto a rescisão do contrato de prestação de serviço e também o cancelamento dos protestos lavrados contra autora, mediante mandados judiciais, e das anotações em órgãos de proteção ao crédito.

Além disso, condeno a ré a devolver os valores já pagos, R\$ 480,00, com correção monetária desde a data de cada pagamento, e a indenizar o dano moral decorrente, mediante o valor de R\$ 8.000,00, com correção monetária a partir desta data. Incidem também juros moratórios contados da época da citação inicial.

Responderá a ré pelas custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor pecuniário da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de setembro de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA